

STJ00109345

Terence Trennepohl

Manual de
**DIREITO
AMBIENTAL**

8ª edição

2020

saraiva  jur



Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseducação.com.br

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteado
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodríguez Arnal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Aline Darcy Flôr de Souza
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Carmilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação	Markelangelo Design e Projetos Editoriais
Revisão	Izabel Bueno
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-3/7667

Trennepohl, Terence

Manual de direito ambiental / Terence Trennepohl. – 8. ed. –
São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
456p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1465-3 (impresso)

1. Direito ambiental – Brasil. I. Título.

20-0033

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito ambiental 34:502.7(81)

Data de fechamento da edição: 2-10-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606170 CAE 705610

SUMÁRIO

Prefácio	21
Nota à 8ª edição	23
Nota à 1ª edição	25

CAPÍTULO I

A proteção do meio ambiente	27
1. A preocupação com a natureza	27
1.1. Introdução	27
1.2. O meio ambiente como bem difuso	29
2. As expectativas ambientais para o século XXI	30
3. Classificação didática do meio ambiente	33
3.1. Meio ambiente natural.....	33
3.2. Meio ambiente cultural	33
3.3. Meio ambiente artificial	35
3.4. Meio ambiente do trabalho	36
3.5. Patrimônio genético.....	38
3.6. Direito de antena	41
Em resumo.....	42

CAPÍTULO II

Princípios do Direito Ambiental	43
1. Introdução	43
2. Princípio do direito humano fundamental	46
3. Princípios da prevenção e da precaução.....	47
4. Princípio do equilíbrio	50
5. Princípio da responsabilidade	52
6. Princípio do poluidor-pagador	54
7. Princípio do desenvolvimento sustentável	55

8. Princípio do limite.....	56
9. Princípio democrático.....	58
Em resumo.....	60

CAPÍTULO III

Competências ambientais.....	61
1. Introdução.....	61
2. Competências constitucionais.....	62
2.1. Fundamentos da ordem federal.....	62
2.2. Competências materiais (exclusivas e comuns) e competências legislativas (privativa, concorrente, suplementar e exclusiva).....	63
2.3. Competências municipais.....	67
2.4. As diversas competências na Constituição Federal.....	68
2.5. A Lei Complementar n. 140, de 8 de dezembro de 2011.....	72
3. Quadro ilustrativo das competências constitucionais ambientais.....	74
Em resumo.....	76

CAPÍTULO IV

O artigo 225 da Constituição Federal.....	77
1. A importância do artigo 225.....	77
2. A leitura do artigo 225 da Constituição Federal.....	80
3. As partes que compõem o artigo 225.....	81
3.1. Regra-matriz – o <i>caput</i> do artigo.....	81
3.2. Os instrumentos de garantia – § 1º.....	83
3.3. As determinações particulares – §§ 2º a 7º.....	85
4. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.....	87
4.1. Criação e estrutura.....	87
4.2. Finalidades.....	88
Em resumo.....	91

CAPÍTULO V

A Política Nacional do Meio Ambiente.....	93
1. O que é a Política Nacional do Meio Ambiente.....	93
2. Princípios do Programa Nacional do Meio Ambiente.....	94

3.	Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.....	95
3.1.	Objetivos gerais	95
3.2.	Objetivos específicos	95
4.	Quadro dos princípios da PNMA	96
5.	O Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA	99
5.1.	Origem do SISNAMA	99
5.2.	Órgão superior	99
5.3.	Órgão consultivo e deliberativo	99
5.4.	Órgão central	101
5.5.	Órgãos executores	102
5.6.	Órgãos setoriais.....	102
5.7.	Órgãos seccionais.....	102
5.8.	Órgãos locais	103
6.	Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.....	103
6.1.	Padrões de qualidade ambiental.....	104
6.2.	Zoneamento ambiental.....	105
6.3.	Avaliação de impactos ambientais	106
6.4.	Licenciamento ambiental	107
6.5.	Incentivos à produção e instalação de equipamentos e à criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental	125
6.6.	Criação de espaços territoriais especialmente protegidos	126
6.7.	Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente	126
6.8.	Cadastro Técnico Federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental	128
6.9.	Penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção de degradação ambiental	128
6.10.	Relatório de Qualidade do Meio Ambiente	129
6.11.	A garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente.....	129
6.12.	Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.....	130
7.	Roteiro resumido de elaboração do EIA/RIMA	133
7.1.	Estudo de Impacto Ambiental.....	133
7.2.	Relatório de Impacto do Meio Ambiente	135
	Em resumo	136

CAPÍTULO VI

Licenciamento ambiental.....	139
1. Considerações preliminares.....	139
1.1. O controle das atividades pelo Estado	139
1.2. O conceito de impacto	142
2. Abrangência do impacto x dominialidade	143
3. Conceito de licenças ambientais	148
4. Tipos de licenças ambientais	151
5. Definição de competências para licenciar	152
6. Prazos para o licenciamento e sua validade.....	156
7. A anuência para o licenciamento	158
8. Prorrogação ou renovação das licenças	160
9. Os estudos ambientais para o licenciamento	161
10. Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA	163
11. Estudos ambientais simplificados ou específicos.....	168
12. Regularização ambiental de obras de infraestrutura.....	170
12.1. Portaria MMA 421/2011 – Linhas de transmissão de energia elétrica.....	171
12.2. Portaria MMA 422/2011 – Exploração e produção de petróleo e gás.....	172
12.3. Portaria Interministerial 288/2013 – Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis – PROFAS.....	173
12.4. Portaria MMA 289/2013 – Regularização ambiental de rodovias federais.....	173
12.5. Portaria Interministerial 425/2011 – Programa de Regularização de Portos	174
13. Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD	174
14. Análise de risco e programas de monitoramento	175
15. Processo de licenciamento ambiental	176
16. Atividades minerárias.....	177
16.1. Alguns conceitos	177
16.2. O caso de Brumadinho	180

CAPÍTULO VII

Responsabilidade e dano ambiental	181
1. Introdução	181
2. Dano ambiental – Conceito e previsão legal	184
3. Excludentes – Caso fortuito e força maior	187
4. Reparação e recuperação	188
5. Responsabilidade objetiva	189
5.1. Conceito	189
5.2. Relação de causalidade e dano	192
Em resumo	195

CAPÍTULO VIII

A Lei n. 9.605/98 – Lei dos Crimes Ambientais	197
1. Alguns aspectos iniciais quanto à Lei dos Crimes Ambientais	197
2. Responsabilidade administrativa, civil e penal	199
2.1. Disposições gerais	199
2.2. A responsabilidade da pessoa jurídica	204
2.3. Os fundos ambientais	209
2.3.1. Introdução	209
2.3.2. O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	209
2.3.3. O Fundo Nacional de Meio Ambiente	210
2.3.4. O Fundo Amazônia	210
2.4. A <i>disregard doctrine</i>	211
3. Aplicação da pena	212
4. Atenuantes, agravantes, causas de diminuição ou aumento da pena ...	214
5. Da apreensão do produto e do instrumento da infração	216
6. Dos crimes contra a fauna	216
6.1. Artigo 29 da Lei n. 9.605/98	217
6.2. Artigos 30 e 31 da Lei n. 9.605/98	217
6.3. Artigo 32 da Lei n. 9.605/98	218
6.4. Artigo 33 da Lei n. 9.605/98	218
6.5. Artigos 34 a 36 da Lei n. 9.605/98	218
6.6. Artigo 37 da Lei n. 9.605/98	219
7. Dos crimes contra a flora e as unidades de conservação	219

7.1. Artigos 38, 38-A e 39 da Lei n. 9.605/98	219
7.2. Artigo 40 da Lei n. 9.605/98.....	220
7.3. Artigos 41 a 48 da Lei n. 9.605/98.....	220
7.4. Artigos 49 a 53 da Lei n. 9.605/98.....	221
8. Dos crimes de poluição e falta de licenciamento ambiental.....	221
8.1. Artigo 54 da Lei n. 9.605/98	222
8.2. Artigo 55 da Lei n. 9.605/98	222
8.3. Artigo 56 da Lei n. 9.605/98	222
8.4. Artigos 60 e 61 da Lei n. 9.605/98	223
9. Dos crimes contra o ordenamento territorial e o patrimônio cultural ..	223
10. Dos crimes contra a administração ambiental.....	224
11. Competência para julgar os crimes ambientais.....	225
12. A ação e o processo penal	227
13. O Decreto n. 6.514/08.....	228
14. As infrações administrativas	230
14.1. Infração administrativa	232
14.2. Competência para a lavratura do Auto de Infração	233
14.3. Sanções aplicáveis às infrações administrativas	234
14.3.1. Advertência	235
14.3.2. Multas	235
14.3.3. Conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.....	235
14.3.4. Destruição ou inutilização do produto.....	237
14.3.5. Suspensão	237
14.3.6. Embargo de obra ou atividade	237
14.3.7. Demolição de obra	238
14.3.8. Restrição de direitos	238
14.3.9. Destinação de bens e animais apreendidos.....	238
14.4. Independência entre as sanções	239
14.5. Responsabilidade administrativa	240
15. A cooperação internacional e a Medida Provisória n. 2.163/01.....	241
16. Queima de cana-de-açúcar	242
17. Maus-tratos de animais	243
18. Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA – Decreto n. 9.760, de 11 de abril de 2019	247

18.1. O Decreto n. 9.760/19	247
18.2. Serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente.	250
18.3. Danos decorrentes da infração	262
18.4. Requerimento da conversão da multa	263
18.5. Valor da conversão da multa e desconto pela adesão.....	264
18.6. Termo de compromisso de conversão da multa	266
18.7. Publicação do termo de compromisso.....	266
18.8. Conversão pleiteada com base em normas anteriores.....	266
Em resumo	268

CAPÍTULO IX

A Lei n. 9.433/97 – Política Nacional de Recursos Hídricos	271
1. Fundamentos e objetivos.....	271
2. Diretrizes.....	274
3. Instrumentos.....	275
4. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.....	277
4.1. Objetivos.....	277
4.2. Composição.....	278
5. Conclusões.....	278
Em resumo	278

CAPÍTULO X

A Lei n. 11.284/06 – Gestão de Florestas Públicas.....	281
1. Princípios	281
2. Definições legais	282
3. Responsabilidade pelo controle e fiscalização ambiental	283
4. O Serviço Florestal Brasileiro	283
4.1. Competência.....	283
4.2. Estrutura	284
Em resumo.....	284

CAPÍTULO XI

O Ministério Público e o Poder Judiciário na proteção do meio ambiente ...	285
1. O Ministério Público na defesa do meio ambiente	285

1.1. As atribuições constitucionais	285
1.2. Atuação extrajudicial	287
1.3. Atuação judicial	288
2. A participação do Ministério Público e do Poder Judiciário na defesa do meio ambiente e o posicionamento dos Tribunais	292
3. Nova Súmula 613 do Superior Tribunal de Justiça	294
Em resumo	295

CAPÍTULO XII

Direito urbanístico	297
1. Introdução	297
2. Constituição Federal e política urbana	298
3. Estatuto da Cidade – Lei n. 10.257/01	300
3.1. Diretrizes	300
3.2. Instrumentos	303
4. Algumas figuras jurídicas do Estatuto da Cidade	304
4.1. Comentários iniciais	304
4.2. Parcelamento, edificação e utilização compulsórios	305
4.3. IPTU progressivo	305
4.4. Desapropriação	305
4.5. Usucapião especial de imóvel urbano	306
4.6. Concessão de uso especial para fins de moradia	306
4.7. Direito de superfície	306
4.8. Direito de preempção	307
4.9. Outorga onerosa do direito de construir	307
4.10. Operações urbanas consorciadas	307
4.11. Transferência do direito de construir	308
4.12. Estudo de impacto de vizinhança	308
4.13. Plano diretor	308
Em resumo	309

CAPÍTULO XIII

Código Florestal – Lei n. 12.651/12	311
1. Introdução	311

2. Área de preservação permanente	320
3. Reserva legal	320
3.1. Considerações iniciais	322
3.2. Obrigatoriedade de averbação da área de reserva legal	324
4. Supressão de vegetação	326
5. Sanções penais	328
6. Resolução CONAMA n. 302/02	330
7. Ações Diretas de Inconstitucionalidade e Ações de Constitucionalidade contra os dispositivos da Lei n. 12.651/12	330
Em resumo	334

CAPÍTULO XIV

Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei n. 9.985/00 e Decreto n. 4.340/02)	335
1. Introdução	335
2. Unidades de Proteção Integral (UPI)	337
3. Unidades de Uso Sustentável (UUS)	338
4. A reserva da biosfera	341
5. Da criação, gestão e implantação das unidades de conservação (Lei n. 9.985/00 e Decreto n. 4.340/02)	342
6. A compensação ambiental e a ADI 3.378 – O julgamento do Supremo Tribunal Federal	344
Em resumo	348

CAPÍTULO XV

Patrimônio genético e Organismo Geneticamente Modificado – OGM (Lei n. 11.105/05 e Decreto n. 4.680/03)	351
1. Introdução	351
2. Biossegurança	352
2.1. Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS)	352
2.2. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)	352
2.3. Comissão Interna de Biossegurança (CIBio)	354
3. Sanções penais	354
4. Decreto n. 4.680/03 e rotulagem	354
5. ADI 3.510/DF	355
Em resumo	357

CAPÍTULO XVI

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	359
1. Atribuições	359
2. Atividade supletiva do IBAMA	360
3. Divisão de receitas.....	360
4. O SNUC e o Instituto Chico Mendes.....	361
5. Destinação e aplicação dos recursos de compensação ambiental	362
Em resumo.....	362

CAPÍTULO XVII

Mudanças Climáticas	363
1. Introdução.....	363
2. O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC).....	364
3. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).....	366
4. O Acordo de Paris e a Decisão n. 1 da COP-21	369
Em resumo.....	370

CAPÍTULO XVIII

Ação civil pública ambiental.....	371
1. Ação civil pública – ACP.....	371
1.1. Legitimados para a propositura da ACP.....	371
1.2. Inquérito civil	372
1.3. Foro competente	373
1.4. Litisconsórcio facultativo.....	373

CAPÍTULO XIX

Custo ambiental – Obrigações ambientais previstas em normas especiais....	375
1. Introdução	375
2. Identificação dos impactos ambientais	378
3. A Compensação Ambiental e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.....	385
3.1. Destinação dos recursos da Compensação Ambiental.....	393
3.2. Correção do valor da Compensação por meio da Taxa SELIC ..	396
4. Compensação pela supressão de Mata Atlântica	402

5. Compensação por danos a cavidades naturais subterrâneas.....	415
6. Reposição florestal	424
7. A anuência do Município	429
8. Os órgãos intervenientes.....	434
9. Manifestação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.....	441
10. Manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural – IPHAN	446
11. Manifestação da Fundação Cultural Palmares – FCP.....	448
12. Manifestação do Ministério da Saúde	449
 Bibliografia	 451